

COPA DAS MANIFESTAÇÕES

Pág. 03



SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

152

JUNHO 2014



FILIADO À **CONDSEF**

... PORQUE LUTAR É UM DIREITO!

Pág. 02

CAMPANHA SALARIAL

Negocia Dilma!
Greve na Cultura
Aposentados e Pensionistas

Págs. 04-05

GIRO NOS ÓRGÃOS

Marinha Mercante, Funai,
Sesai, Ipen, MTE, Fundacentro

Págs. 06 e 07

ATIVIDADES

Ato #NaCopaVaiTerLuta foi
duramente reprimido
No país da Copa, um LGBT
é morto por dia

Pág. 08



Porque lutar é um direito!

Dois dias antes do início do Mundial, a presidente Dilma, em cadeia nacional, afirmou que esta Copa é da inclusão e contra todas as formas de violência e preconceito. A Copa da tolerância, da diversidade, do diálogo e do entendimento. Disse, ainda, que desfrutamos da mais absoluta liberdade e convivemos com manifestações populares e reivindicações que nos ajudam a aperfeiçoar, cada vez mais, nossas instituições democráticas. Como assim? Isso no mínimo é uma provocação grotesca! Uma falsificação da realidade!

As manifestações dos trabalhadores têm sido reprimidas de forma brutal. Tanto o governo federal, quanto os governos estaduais se recusam a negociar as pautas apresentadas pelos trabalhadores e, pior, tentam impedir o direito de greve, desrespeitando a própria constituição do país.

Neste sentido, é perfeita a denúncia feita por Jorge Luiz Souto Maior, jurista e professor de Direito do Trabalho Brasileiro na USP: "Tem-se assistido nos últimos meses, em âmbito nacional, um ataque generalizado contra as greves, fundado no argumento do respeito à legalidade. Mas, o que tem havido, juridicamente falando, é a negação do direito de greve tal qual insculpido na Constituição Federal: Art. 9º É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender".

A Constituição prevê que a lei definirá os serviços ou atividades essenciais, porém, as delimitações legais, não podem ir ao ponto de inibir o exercício do direito de greve, analisa o jurista.

O Sindsef-SP, por exemplo, recebeu do STJ, telegrama proibindo o direito de greve dos trabalhadores da Cultura. Dilma, que se nega a atender a pauta de reivindicação dos servi-

dores, ameaça corte de ponto e desconto salarial, contou com o apoio do Judiciário, conseguindo decisão para obrigá-los a voltar ao trabalho.

Vejamos, ainda, a análise de Souto Maior sobre o caso dos metroviários de São Paulo. "Diante do anúncio da greve, deflagrada com respeito aos termos da legalidade estrita, ou seja, por meio do sindicato, mediante assembleia e comunicação prévia, de 72 (setenta e duas) horas, a entidade empregadora, Companhia do Metropolitano de São Paulo – Metrô, em vez de iniciar negociação, como determina a lei, se socorreu da via judicial, por meio de ação cautelar, para impedir a ocorrência da greve. Essa foi, portanto, a primeira ilegalidade cometida pelo Metrô, que pode ser vista, inclusive, como ato antissindical, o que é coibido pela Convenção 98 da OIT, ratificada pelo Brasil, e já mereceria repúdio imediato do Judiciário".

Ora, os trabalhadores exerceram o seu direito, se propuseram inclusive a trabalhar de graça caso o Metrô aceitasse liberar as catracas para os metroviários. O Metrô não cumpriu sua obrigação de negociar o prosseguimento das atividades, indo direto à via judicial. O Judiciário, sem instaurar negociação, ou seja, em decisão liminar, definiu a continuidade dos serviços de um modo que, em concreto, negou o exercício do direito de greve. Além disso, o Metrô colocou estações e trens em funcionamento por pessoal não especializado, com apoio policial, sem autorização judicial para tanto, colocando em risco a vida dos usuários.

Pior, o governo se utilizou da Tropa de Choque para reprimir duramente os trabalhadores. A gravidade da ilegalidade cometida, ganha o agravante de ser a Polícia Militar diretamente ligada ao chefe do Poder Executivo do Estado de São Pau-

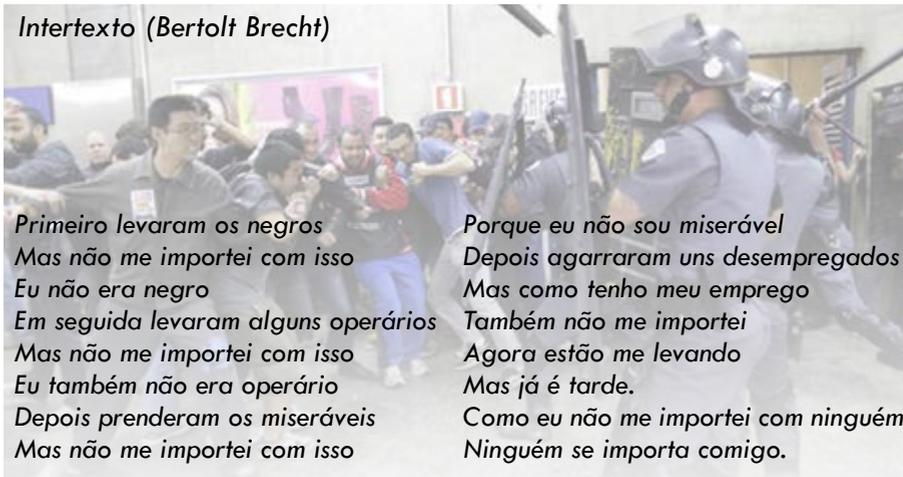
lo, que também responde pela Companhia Metropolitana de São Paulo.

Para completar as arbitrariedades cometidas, Alckmin mandou, ainda, demitir 42 metroviários, pelo papel de liderança que estas pessoas ocuparam no processo, denotando

clara perseguição política.

Não podemos aceitar isto! O Sindsef-SP entende como irregulares as demissões e exige a imediata reintegração de todos os punidos. Defendemos o direito de greve e de manifestação dos trabalhadores!

Intertexto (Bertolt Brecht)



Primeiro levaram os negros
Mas não me importei com isso
Eu não era negro
Em seguida levaram alguns operários
Mas não me importei com isso
Eu também não era operário
Depois prenderam os miseráveis
Mas não me importei com isso

Porque eu não sou miserável
Depois agarraram uns desempregados
Mas como tenho meu emprego
Também não me importei
Agora estão me levando
Mas já é tarde.
Como eu não me importei com ninguém
Ninguém se importa comigo.

PRESTAÇÃO DE CONTAS - 2014

MARÇO

SALDO INICIAL	R\$ 98.626,48
TOTAL DAS RECEITAS (Consignações dos filiados, pagto. empréstimos, aplicação da poupança etc.)	R\$ 216.688,11
DESPESAS	
ADMINISTRATIVO (Despesas com mudança, aluguel da sede central e do núcleo de Pirassununga, custas processuais, manutenção da sede, copa e limpeza, material de escritório etc.)	R\$ 23.018,29
FUNCIONÁRIOS (Recisões de contrato, FGTS, salários, seguro saúde, INSS, VR, VT etc.)	R\$ 53.884,58
SINDICAL (Assembleias, palestras, seminários, atos etc.)	R\$ 34.167,46
CONTRATOS / PRESTADORES DE SERVIÇOS (Contabilidade, Jurídico, informática, motoboy, vigia noturno etc.)	R\$ 36.100,54
IMPRENSA (Jornal, boletins, cartazes, faixas, assinatura Folha de São Paulo)	R\$ 7.789,00
CORREIOS (Envio de jornal, impresso especial etc.)	R\$ 1.417,66
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL (CONDSEF CSP-Conlutas etc.)	R\$ 21.837,62
VEICULO (Seguro, combustível, pedágio, estacionamento etc.)	R\$ 1.881,99
TELEFONES (Celulares e Telefônica)	R\$ 7.408,46
TOTAL DAS DESPESAS	R\$ 187.505,60
RESULTADO RECEITAS (-) DESPESAS	R\$ 29.182,51
SALDO FINAL	R\$ 127.808,99

FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO! ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU.

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - Rua Alvares Penteado, 97 - 6º andar, Centro, São Paulo/SP - CEP: 01012-001
Tel.: (11) 3106-6402 | (11) 5085-1157 | Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> | Facebook: [sindsefsp](https://www.facebook.com/sindsefsp) | E-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br | Jornalistas responsáveis: Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL)
Colaborou para esta edição: Eliana Maciel | Tiragem: 7.000 Exemplares | Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety | Impressão: Grafis Soluções Gráficas Ltda.



Copa das Manifestações!

Nas mais diversas categorias, desde os setores operários, trabalhadores do transporte, da educação, da limpeza urbana, do serviço público em geral, forças policiais civis e militares, temos visto a eclosão de greves e mobilizações. O movimento popular também tem se mobilizado não só por moradia, mas também contra a violência policial nas periferias.

Hoje, os reflexos da crise econômica internacional, combinada com a alta de preços, a elevação dos impostos que penalizam a população pobre e, principalmente, a falta de prioridade do estado para as áreas sociais, se fazem sentir com mais força em nosso país.

Amplia-se entre a população uma percepção do fim da sensação de “bem estar”. Essa sensação vem acompanhada de simpatia e apoio da maioria das pessoas às lutas e greves, mesmo aquelas que afetam diretamente a população, como no trans-

porte ou serviços públicos.

Apesar do apoio da população, os protestos e os ativistas sofrem com um duro processo de criminalização.

Multas elevadíssimas aos sindicatos, interditos proibitórios nas greves e ocupações, exigências de efetivos mínimos de 100% nas greves, dentre outras medidas, são adotadas pelo judiciário ao menor apelo dos patrões e dos governos, demonstrando o caráter de classe da justiça brasileira.

Além disso, os governos desencadearam uma contraofensiva ante os movimentos sociais. Há um recrudescimento da repressão e violência policial e criação de novos instrumentos legais para tentar intimidar as greves e manifestações. E a resposta dos governos no enfrentamento às mobilizações tende a ser ainda mais dura. Cinco Estados e o DF já aceitaram o apoio das Forças Armadas oferecido por Dilma para conter manifestações durante a Copa: São Paulo, Rio, Mato Grosso, Rio Grande do Norte e Paraná, além do DF.



Metroviários posam para foto simbólica dos 42 companheiros demitidos

Foto: Sindicato dos Metroviários

Por esta razão é preciso desencadear uma ampla campanha em defesa de direitos e garantias democráticas:

- Chega de dinheiro para a Fifa, empreiteiras e banqueiros!
- Salário, aposentadoria, saúde, educação, transporte, reforma agrária e moradia PADRÃO FIFA!
- Contra a inflação! Aumento dos salários, congelamento dos preços e reforma agrária!
- Liberdade de manifestação! Basta de criminalização das lutas, dos

movimentos sociais e das organizações dos trabalhadores!

- Liberdade para todos ativistas e perseguidos políticos, acusados de criminosos pelos governos e justiça!
- Desmilitarização da PM, dissolução das tropas de choque!
- Defesa do direito de greve, fim da intervenção do poder judiciário, liberdade e autonomia sindicais!

Recordes na arrecadação. Para onde vai este dinheiro?

O governo anunciou mais um recorde na arrecadação de impostos. Só em abril foram arrecadados R\$ 105,8 bilhões. Segundo a Secretaria da Receita Federal o acumulado nos quatro primeiros meses desse ano já rendeu em impostos ao Estado quase R\$ 400 bilhões.

E os valores poderiam ser maiores, não fosse a decisão do governo em anunciar mais corte de impostos que beneficiam exclusivamente o empresariado. Só em desonerações para mais de 50 setores da iniciativa privada como construção civil, automotores, material elétrico e outros, o governo deixou de arrecadar quase R\$ 35 bi, valor que, sozinho, daria para promover importantes melhorias

reivindicadas pelos servidores para os serviços públicos e o atendimento à população.

Apesar do aumento na arrecadação, isto não tem se convertido em melhorias na qualidade de vida dos trabalhadores.

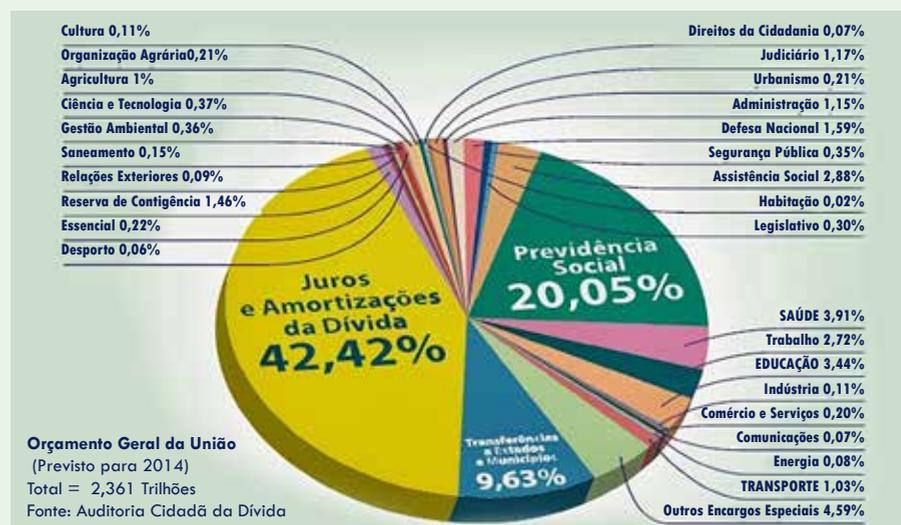
Os gastos com a Copa provocam revolta na população, pois os direitos sociais previstos na Constituição Federal não têm sido respeitados: Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.

Os gastos com a Copa estão de fato exorbitantes, mas os gastos com

a dívida pública têm sido, ainda, os principais responsáveis pela negação dos direitos sociais.

A dívida externa supera 440 bilhões de dólares e a dívida interna

federal já alcança quase 3 trilhões de reais. Essas dívidas, que beneficiam principalmente o setor financeiro e grandes corporações, crescerão ainda mais por causa dos gastos com a Copa.





Negocia Dilma!

Dilma vem enfrentando protestos e vaias dos servidores públicos por todo o país, por não atender as justas reivindicações da categoria, que vem amargando perdas salariais importantes, fruto da inflação, além de enfrentarem péssimas condições de trabalho, com órgãos cada vez mais sucateados e, literalmente, caindo aos pedaços.

De olho na agenda do governo, os servidores têm organizado o “caça a Dilma”. Aonde Dilma vai, os servidores vão atrás. Essa perseguição tem incomodado o governo, que começa a se preocupar com as mobilizações que crescem no funcionalismo e na sociedade de forma geral.

Assim, em meio a uma onda de greves e protestos no país, segue a greve dos servidores federais da área técnica e administrativa das universidades federais, dos trabalhadores (professores e técnico-administrativos) dos Institutos Federais de Educação, os trabalhadores do poder judiciário federal e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No mês de junho, várias outras categorias do serviço público federal devem parar suas atividades.

Os servidores seguem buscando a ampliação do movimento de greve com o objetivo de garantir um canal efetivo de negociações capaz de resolver os gargalos existentes no setor público e que acabam afetando a maioria da população mais carente que é quem se vale dos serviços.

Em carta endereçada à presidente Dilma os servidores públicos questionam as prioridades do governo: “Como justificar que o setor público receba tantas negativas enquanto sucessivos recordes de arrecadação e isenções frequentes para a iniciativa privada continuam a empurrar os serviços públicos para um cenário de sucateamento perigosamente irreversível”.

O governo insiste no discurso de arrocho, mas está claro que o problema não é de ordem financeira, mas sim político. Quando recebe as demandas dos empresários, dos latifundiários e dos banqueiros sempre existem recursos.

No calendário de atividades aprovado pela maioria dos servidores do Executivo foram agendados diversos



dias nacionais de luta. Nos dias 10 e 25 de junho e também no dia 3 de julho atos devem ser realizados nos estados reunindo o conjunto de diversas categorias do setor público.

Além das demandas salariais, na ordem do dia continuam temas de extrema importância para a categoria, como a busca pela regulamentação

da negociação coletiva com garantia ao direito de greve dos trabalhadores públicos, reajuste em benefícios como auxílio-alimentação - que não estão atrelados ao orçamento e podem ser concedidos a qualquer tempo e aprovação da PEC 555 que propõe a suspensão de valor descontado pelo governo de servidores já aposentados.

Grevistas das universidades federais na Marcha em Brasília



Foto: Fasubra

MP 632

O Senado aprovou em 28/05, o Projeto de Lei de Conversão 5/2014, decorrente da Medida Provisória 632/2013, que trata, entre outras coisas, do reajuste de 15,8% que será aplicado aos servidores do DNIT, do DNPM, das Agências Reguladoras, do Hospital das Forças Armadas, da Funai (nível auxiliar) e os peritos federais agrários.

O reajuste será distribuído em dois anos: 10,5% retroativo a janeiro de 2014 e o restante em 2015. Agora o texto aguarda sanção da presidente.

O projeto também corrige um problema identificado nas aposentadorias de servidores da AGU, Ibama e Inbra, que não tiveram a gratificação de produtivi-

dade reajustada, um direito garantido a todos.

De acordo com a emenda 35, os servidores do Inbra terão suas carreiras reestruturadas, o que resultará em aumentos salariais significativos. Também está previsto a criação de cerca de dois mil cargos no órgão. Os servidores esperam que a presidente se sensibilize e sancione a emenda.

Outro ponto de interesse dos SPFs refere-se à autorização para que servidores federais se licenciem de seus cargos para exercerem mandato classista, com a remuneração paga pela União. Se sancionado, sindicatos com até 5 mil associados poderão contar com dois servidores licenciados.

GREVE NA CULTURA

Servidores decidem suspender paralisação, mas a mobilização continua

A greve nacional dos servidores do Ministério da Cultura, autarquias e fundações vinculadas, durou cerca de um mês. Neste período, os grevistas enfrentaram a intransigência do governo, a falta de apoio da ministra da pasta, a ameaça de corte de ponto e, para finalizar, o IBRAM (Instituto Brasileiro de Museus) e o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) recorreram ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) para forçar o encerramento do movimento grevista.

O processo foi analisado pelo ministro Napoleão Nunes, que concedeu prontamente a liminar pleiteada, fixan-

do multa diária de cem mil reais caso a decisão não fosse cumprida. A multa foi direcionada a CONDSEF e, dias depois, também foi estendida aos sindicatos.

Em São Paulo, após assembleia, os grevistas decidiram suspender parcialmente a paralisação e manter estado de greve. Os servidores repudiam a postura da equipe de Dilma que não fez nenhum esforço de estabelecer uma negociação efetiva com o setor.

A greve começou em 12 de maio e atingiu a maioria dos estados, afetando parcial ou totalmente a administração direta do Minc, o Iphan, o Ibram, a Fundação Palmares, a Funarte (Fundação Nacional de Artes) e a Biblioteca Nacional. Em São Paulo aderiram ao movimento os servidores do Iphan e da Fundação Palmares.

“A greve é uma luta legítima contra o sucateamento das instituições ligadas ao MinC e visa conseguir inverter esta política de extinção do setor da cultura”, defendeu o servidor do Iphan/SP e membro do comando estadual de greve, Caio Bourg, durante uma



Fernanda Gibertoni, servidora da Cultura, durante a reunião da CSP-Conlutas

assembleia realizada na Cinemateca Brasileira.

A ausência de um plano de carreira e a tabela rebaixada do atual Plano Especial de Cargos da Cultura provocou a evasão de aproximadamente 60% dos servidores. Além disso, grande parte dos que ficaram estão perto de se aposentar.

Os servidores também questionam os concursos temporários, que chegam a pagar quase o dobro da remuneração do plano de cargos da cultura, evidenciando a defasagem salarial existente. Atualmente o quadro de funcionários é formado por terceirizados, aprovados em concursos temporários, estagiários, bolsistas e outros. “Tememos que em

breve os servidores públicos estejam extintos do quadro efetivo da cultura”, falou Fernanda Gibertoni, durante a Reunião Nacional da CSP-Conlutas.

A concessão da liminar é uma clara perseguição ao movimento grevista. Será que o ministro tratará o governo com o mesmo rigor imposto as entidades? Até o momento não foi o que aconteceu, já que a greve foi deflagrada na tentativa de forçar o governo a cumprir pontos pendentes do acordo firmado em 2007.

Os trabalhadores continuam mobilizados por equiparação salarial com a tabela da ANCINE (Agência Nacional de Cinema) e por uma política de estado que valorize o setor.



Servidores da Cultura em São Paulo durante a greve

APOSENTADOS E PENSIONISTAS

PEC 555/2006 - Entidades sindicais aumentam a pressão para aprovação

A Proposta de Emenda Constitucional 555/2006, que trata da revogação gradual da contribuição previdenciária dos servidores públicos aposentados, foi tema da audiência pública realizada pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, em 5 de junho.

A cobrança, reflexo da Reforma da Previdência de 2003, instituiu desconto de até 11% sobre os vencimentos que ultrapassem o teto da Previdência Social, como reação surgiu a PEC 555/2006. Desde lá, as entidades sindicais vem mobilizando para pressionar a Câmara a aprovar a proposta. A PEC foi aprovada por uma comissão especial em julho

de 2010 e sua inclusão na pauta do Plenário depende agora da vontade política dos parlamentares.

De acordo com a ANFIP, de 2005 a 2013, as contribuições de inativos e de pensionistas representaram R\$ 16 bilhões da arrecadação do país, enquanto as renúncias fiscais chegaram a mais de R\$ 165 bilhões. Ou seja, o impacto financeiro para o país com os reflexos da PEC seria pequeno diante dos benefícios que traria aos aposentados.

Representantes dos servidores prometeram seguir pressionando para o Congresso votar a proposta ainda no mês de junho e reclamaram das dificuldades impostas pelo governo.

Ato em defesa da aprovação da PEC 555/2006, em Brasília





MARINHA MERCANTE

Servidores do Fundo da Marinha Mercante vivem clima de incerteza

Servidores do Departamento do Fundo da Marinha Mercante (DFMM), órgão vinculado ao Ministério dos Transportes, vivem um clima de incerteza devido à transferência da gestão e controle da arrecadação do Adicional de Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) para a Secretária da Receita Federal do Brasil (RFB).

O Diário Oficial da União publicou, em 29 de maio, o Decreto nº 8.257/2014 que regulamenta definitivamente a transição das atividades. Desde então, permanece sob a supervisão e administração do DFMM somente atividades referente às operações que deram entrada até a data do decreto.

O clima de incerteza se arrasta desde setembro de 2011, mas nenhuma política de recursos humanos foi elaborada, pelo menos não chegou ao

conhecimento dos trabalhadores, e a falta de informações gera grande desconforto e indignação entre os funcionários. O que acontecerá com os servidores?

Em fevereiro de 2013, a Chefe de Divisão de Controle de Arrecadação, Luiza Castro, lotada no DFMM/RJ, declarou ao Sindsef-SP que o Ministério dos Transportes estudava alternativas para o aproveitamento do pessoal, seja na própria estrutura do Departamento ou nos Núcleos de Pessoal do MT, onde existirem, e na formação de novos Núcleos, onde necessário; bem como redistribuição para órgão do MT ou outros. Porém, até o momento nenhuma informação concreta foi compartilhada com os servidores.

Para os servidores, a transferência da principal atribuição do DFMM foi usada como estratégia para barrar a



Servidores da Marinha Mercantes reunidos com o Sindsef-SP

Foto: Fábica Corrêa

luta histórica pela equiparação salarial com os auditores fiscais.

Visando acompanhar os desdobramentos desta situação, o Sindsef-SP realizou assembleia com os servidores do Fundo da Marinha Mercante, em Santos, no dia 23 de maio. Os presentes elegeram a servidora Jussara Delphim Miguez para participar da plená-

ria da Condsef e de uma reunião com o advogado da Confederação.

Diante da publicação da regulamentação da transferência das atividades, o departamento jurídico do Sindsef-SP está estudando o caso para buscar judicialmente o reconhecimento do desvio de função e as reparações remuneratórias cabíveis.

FUNAI

MP 632/13 contempla servidores de nível auxiliar

A luta árdua dos servidores da Fundação Nacional do Índio continua. Eles enfrentam problemas com o aprofundamento do sucateamento do órgão, expresso na falta de condições de trabalho, e agravado pela prática do assédio moral. Além disso, a perda de atribuições ajuda a enfraquecer a instituição e compromete o atendimento das necessidades das comunidades indígenas.

Estas e outras questões específicas da região de Bauru foram apontadas pela servidora Ivanilde Pereira na assembleia estadual do Sindsef-SP realizada no dia 24 de maio, na sede do sindicato. Na ocasião Ivanilde foi eleita para participar da Plenária Nacional da Condsef e acompanhar as demandas do setor.

Na plenária foi passado informe sobre a MP 632/2013, transformada em Projeto de Lei de Conversão 5/2014, aprovado

por unanimidade pelo senado em 28 de maio. O PL prevê o reajuste da Gratificação de Desempenho da Atividade Indígenista (GDAIN) dos servidores de nível auxiliar, que não foram contemplados no acordo de 2012. O reajuste será feito em duas parcelas, sendo a primeira de 10,5% retroativos a janeiro de 2014 e o restante em 2015.

O projeto de lei aguarda a sanção da presidente. Os SPFs devem pressionar pela aprovação do texto sem nenhum veto.

BAURU - Após mobilização dos servidores e também atendendo as solicitações das aldeias, a chefe da Coordenação Técnica Local em Bauru foi exonerada no dia 22 de maio (DOU de 23 de maio, portaria 515). Segundo informações, a mudança foi bem recebida pela maioria dos servidores e pelos índios da região, que faziam duras críticas a sua gestão.

SESAI

Servidores aguardam a criação das gratificações para o setor

Atendendo a orientação da Condsef, os servidores da Secretaria Especial de Saúde indígena (Sesai) da cidade de Bauru debateram a proposta apresentada pelo GT da Saúde (GT-MNNP/Saúde), que trata das Gratificações de Atividade de Saúde Indígena (GASI) e da Gratificação de Incentivo à Atenção à Saúde dos Povos Indígenas em Terras Indígenas (GIAS-PI).

Estes servidores entraram no serviço público através da Funai, mas desde os anos 90 passaram por diferentes setores ao serem redistribuídos, sempre desempenhando suas atribuições atendendo às populações indígenas.

No entanto, a diferença salarial existente entre os dois setores é gritante. Os servidores da Sesai questionam porque não recebem a mesma gratificação paga aos trabalhadores da Funai desde 2009?

A tabela apresentada pelo Ministério da Saúde para apreciação está muito longe de ser a ideal. Entre os problemas apontados estão: valores diferentes por estado da federação e desconto da gratificação quando há recebimento de diárias.

Mesmo sendo insuficiente, a gratificação é um direito e os servidores esperam que desta vez seja garantido a eles.



IPEN Denúncias de problemas no local de trabalho

No Ipen, estão em evidência discussões específicas, como os problemas no restaurante e no serviço médico.

Alvo de denúncias por parte do Sindsef-SP e da Associação dos Servidores do Ipen (Assipen) no ano passado, o restaurante do órgão continua em situação precária. Segundo informações da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen), a verba para a reforma já foi liberada. Porém, até agora nada foi feito, deixando os trabalhadores em risco, com a possibilidade de mais placas caírem do teto em cima das mesas, como já aconteceu, por sorte, sem atingir ninguém.

Situação semelhante ocorre com o serviço médico. O atendimento, que há muito tempo funcionava para realização de procedimentos simples

Imagem de 2013 mostra restaurante do Ipen com buracos no teto



Foto: Lara Tapety

de emergência, está praticamente parado por falta de funcionários e pela péssima infraestrutura do local, que também aguarda a reforma por meio do mesmo processo do restaurante.

Outro problema no órgão é que parcela significativa dos servidores estão trabalhando sem receber as devidas horas-extras, pois já foi ultrapassado o limite máximo au-

tirizado de 90 horas-extras anuais para cada um destes servidores. De acordo com a Assipen, já foi encaminhada novamente, ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), uma solicitação para aumentar este limite máximo para 134 horas anuais de horas extras. Esta é uma reivindicação justa que precisa ser conquistada.

FUNDACENTRO

Assembleia debate plano de saúde

O Sindsef-SP realizou, em maio, assembleia na Fundacentro para debater questões específicas dos setor e levar informes das ações coletivas e do requerimento administrativo referente ao plano de saúde.

Os informes jurídicos ficaram a cargo da advogada do sindicato, Jorgiana Lozano. Parte do debate girou em torno do aumento abusivo e da modificação na cobertura do plano de saúde. O requerimento do Sindsef-SP solicita que a empresa – Unimed/FESP, apresente a planilha de custo que justifique o reajuste proposto.

O secretário geral do sindicato, Carlos Daniel Toni, falou sobre o papel do sindicato e acompanhou o debate entre os servidores que estão contribuindo com a elaboração do estatuto da Fundação.

MTE Jurídico do Sindsef-SP pede interdição imediata do prédio da SRTE/SP

Trabalhadores e usuários dos serviços oferecidos na Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Estado de São Paulo (SRTE/SP) diariamente estão expostos a risco iminente de uma tragédia de grandes proporções devido à falta de segurança no local.

Em maio, o Sindsef-SP acionou judicialmente a União Federal, através de uma ação civil pública, pedindo a interdição imediata do prédio e, ainda, uma indenização por danos morais coletivo. O advogado César Lignelli, membro do Departamento Jurídico do sindicato falou sobre a ação e seus fundamentos.

“Há anos os servidores convivem com a falta de infraestrutura das instalações da SRTE/SP, situada na Rua Martins Fontes, 109. Em setembro de 2005, a superintendência foi notificada de irregularidades constadas no prédio, após inspeção da Contru, órgão que atua na prevenção e fiscalização de instalações e sistemas de segurança de edificações na cidade de São Paulo.”



César Lignelli, advogado do Sindsef-SP, fala aos servidores em assembleia

Foto: Lara Tapety

O laudo identificava a necessidade de regularização de várias situações, tais como instalação de pontos de luz de emergência, adequação do sistema de eletricidade, instituição de brigada de combate à incêndio, adaptação de acesso para uso de pessoas com mobilidade reduzida e emissão dos atestados dos órgãos competentes.

Foi emitida uma notificação determinando sanar as irregularidades e solicitando a apresentação de laudos técnicos de segurança. Em dezembro de 2005, o MTE pediu

prazo para cumprimento das determinações, alegando que já havia solicitado ao Setor de Engenharia do ministério que providenciasse as adequações necessárias e ainda apontou outros problemas, como falta de sinalização de rotas de fuga, elevadores em estado precário e escada de incêndio em péssimo estado de conservação, entre outros.

Porém, após nove anos, o que se vê é a total omissão do SRTE/SP. “A postura da superintendência é inaceitável, pois não se tratam de obras e adequações supérfluas, mas de ga-

rantir que a edificação apresente mínimas condições de uso, sobretudo em caso de incêndio”, argumenta o advogado.

Os técnicos do Contru vistoriaram o prédio repetidas vezes cobrando a solução dos problemas e, a cada vista, identificavam mais irregularidades. Em novembro de 2012 foi lavrada uma multa, que não foi paga.

A ação também prevê uma indenização por danos morais coletivo. “A indenização será uma compensação aos trabalhadores pela angústia de trabalhar sem as mínimas garantias de segurança durante todos estes anos. Mas principalmente será uma medida punitiva para evitar que os problemas se repitam”, declara Lignelli.

“O objetivo é valorizar o trabalho humano e forçar a adoção de medidas preventivas que deveriam ter sido realizadas em 2005 e até o presente momento foram ignoradas pela Administração”, finaliza.



Ato #NaCopaVaiTerLuta foi duramente reprimido em SP

A CSP-Conlutas e diversas entidades do movimento sindical, popular e estudantil realizaram uma importante manifestação na manhã do dia 12 de junho, data da abertura do mundial de futebol. O objetivo principal foi mostrar ao mundo a realidade dos problemas enfrentados no Brasil, muito diferente do país de faz de conta apresentado no discurso da presidente Dilma Rousseff.

Diante dos acontecimentos dos últimos dias, o ato ganhou mais uma importante bandeira: a luta pela readmissão dos metroviários demitidos pelo governo Alckmin, por exercerem seu legítimo direito de greve.

A manifestação aconteceu em frente à sede do Sindicato dos Metroviários, com a presença de milhares de pessoas, entre aposentados, estudantes, trabalhadores do serviço público e da iniciativa privada, além de representantes de setores com greves em curso, movimentos sociais e partidos políticos.



Trabalhadores e juventude participaram do ato no dia da abertura da Copa, 12/06

Foto: Lara Tapety

No percurso entre a estação Tatuapé e o sindicato, um ostensivo aparato policial chamava a atenção. Já na concentração, a PM determinou como deveria ser o protesto: “Não pode colocar um pé na Radial”, disse o comandante da Polícia Militar ao “negociar” com a organização do Ato.

Mesmo discordando do posicionamento da PM, os organizadores

decidiram manter o ato na frente do sindicato. “Existe uma decisão política de impedir as manifestações durante a Copa, mas nós vamos fazer o nosso ato”, disse Atnágoras Lopes, membro da CSP-Conlutas.

Enquanto o ato rolava, aumentava o aparato policial e em pouco tempo um contingente da Tropa de Choque encurralou os manifestantes no quarteirão do sindicato.

Repressão

A repressão começou quando um grupo de infiltrados, de forma isolada e desrespeitando a decisão da maioria no ato, montou pequenas barricadas de lixo em uma das pontas do protesto. Tendo o pretexto que precisava, a tropa de choque começou a atirar balas de borracha e bombas de gás lacrimogêneo. Os PMs que estavam na ponta próxima da Radial Leste atravessaram a manifestação agredindo os participantes com seus cassetetes e escudos.

Os manifestantes foram obrigados a entrar na quadra do sindicato. Do lado de fora a truculência policial continuava. A Tropa de Choque e a cavalaria fecharam as ruas próximas, deixando os manifestantes sitiados, sob a ameaça de invasão da polícia. O clima permaneceu bastante tenso, até que a direção do ato conseguisse negociar a saída dos manifestantes, desde que estes deixassem para trás suas faixas e bandeiras.

Repercussão internacional

Neste dia 12J o Brasil foi destaque nos noticiários, não somente pelo campeonato mundial de futebol e seus desdobramentos. A máscara caiu, em várias cidades houve protestos e as contradições dos governos municipais, estaduais e federal foram expostas na

imprensa internacional. Também ganhou destaque a forte repressão e proibição do direito de manifestação, que mais uma vez foi barbaramente atacado.

Mesmo durante a copa do mundo, os trabalhadores continuarão com suas bandeiras tremulando

ao vento para exigir saúde, transporte, moradia, educação, reforma agrária, salário e aposentadoria digna para toda a população. Agora outra importante reivindicação foi incorporada: a readmissão dos metroviários demitidos pelo governo Alckmin.

No país da Copa, um LGBT é morto por dia

Neste ano, a 5ª Marcha Contra a Homofobia, realizada no dia 25/05, questionou que enquanto o governo se preocupa em torrar bilhões com a Copa do Mundo, ignora o fato de todo dia uma lésbica, gay, bissexual ou travesti ser morto todos os dias. O ato denunciou a falta de políticas públicas para combater a discriminação e a intolerância, exigiu criminalização da homofobia (PL 122), a aprovação da Lei de Identidade de Gênero (Projeto de Lei 5002/13) e o casamento civil igualitário.

A manifestação fez parte de um conjunto de ações em referência ao Dia Internacional de Combate à Homofobia e Transfobia, 17/05. Em todo o país, cerca de 40 eventos marcaram a data de luta, que surgiu em comemoração à retirada da homossexualidade da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 1990.

A 5ª Marcha foi realizada no Rio de Janeiro, reunindo, além de representações locais, pelo menos mais 80 pessoas da coluna da CSP-Conlutas, sendo 30 do Rio e 50 vindas da caravana de São Paulo.

Entre os presentes, estavam o Sindsf-SP, Sintusp, DCE da USP, Apeoesp - Guarulhos, Coletivo Maria Bonita, além de uma turma dos municípios de São José dos Campos, Pirassununga, Capão Bonito, Itapira, Bauru, Sorocaba, Buri e Itu.



Caravana do Setorial LGBT da CSP-Conlutas

Foto: Setorial LGBT da CSP-Conlutas